COORDENADORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E ENSINO INTEGRADO
CÉLULA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO E STRICTO SENSU
PROCESSO SELETIVO PARA O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PARA RESULTADOS NA SEGURANÇA PÚBLICA - CEGPR.

PROVA OBJETIVA DO PROCESSO SELETIVO - 2025.2

DIA 01.11.2025

NOME:_____

INSCRIÇÃO:_____ **SALA:** _____

ORIENTAÇÕES AO CANDIDATO

Leia com atenção estas instruções gerais antes de realizar as provas.

1. Conforme o cronograma constante do **Anexo IV do Edital 01/2025 CEPOSS/COPEI/AESP**, a duração da presente prova será de 3 (três) horas, das 09h00min às 12h00min.

2.Não será admitido o ingresso de candidato(a) no ambiente de prova portando armas e/ou sob efeito de bebidas alcoólicas e/ou substâncias entorpecentes.

3. Objetos pessoais e equipamentos eletrônicos, inclusive telefone celular, deverão ser desligados e colocados obrigatoriamente embaixo das carteiras, não sendo permitida sua manipulação durante a realização da prova.

4.O funcionamento de qualquer equipamento eletrônico, ainda que acidental, acarretará a eliminação automática do(a) candidato(a).

5.A AESP/CE não se responsabiliza pela guarda, perda, extravio ou danos de quaisquer objetos pessoais levados pelos(as) candidatos(as).

6.O(a) candidato(a) deverá apresentar, obrigatoriamente, documento oficial de **identificação funcional** com foto.

7.Em sala, a comunicação entre os candidatos não será permitida, sob qualquer forma ou alegação.

8.Não será permitido o uso de calculadoras, dicionários, telefones celulares, *pen drive* ou de qualquer outro recurso didático, elétrico ou eletrônico, nem o uso de qualquer acessório que cubra as orelhas do candidato.

9.Verifique se este caderno de prova contém **20 questões**. Não serão consideradas reclamações posteriores ao término da prova.

10. Cada questão da prova constitui-se de **cinco** alternativas, identificadas pelas letras **A, B, C, D e E**, das quais apenas uma será a resposta correta.

11. Preencha o cartão de respostas completando totalmente a pequena bolha, ao lado dos números, que corresponde à resposta correta.

12. Serão consideradas incorretas questões para as quais o candidato tenha preenchido mais de uma bolha no cartão de respostas, bem como questões cuja bolha apresente rasuras no cartão de respostas.

13.O cartão de respostas não será substituído em hipótese alguma; portanto, evite rasuras.

14. Os(as) candidatos(as) deverão permanecer no local de prova por, no mínimo, **01 (uma) hora** após o seu início. O descumprimento implicará em eliminação automática.

15. Somente será permitido o retorno do caderno de provas nos últimos **15 (quinze) minutos** finais do tempo regulamentar.

16. Ao concluir a prova, entregue ao fiscal de sala o cartão de respostas.

17.O(a) candidato(a) deverá deixar o local imediatamente, sendo vedado o retorno à sala de aplicação sob qualquer justificativa.

COORDENADORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E ENSINO INTEGRADO
CÉLULA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO E STRICTO SENSU
PROCESSO SELETIVO PARA O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PARA RESULTADOS NA SEGURANÇA PÚBLICA - CEGPR.

ATENÇÃO: Solicita-se ao candidato que leia atentamente o texto a seguir antes de iniciar a resolução das questões de 01 a 04.

O "SISTEMA" DE GOVERNANÇA DEMOCRÁTICA DA POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.

O exame das propostas e realizações dos planos nacionais de segurança pública revela que,ao longo do período examinado, algumas proposições se mantiveram em relevo, como o incremento da formação e aperfeiçoamento profissional de policiais, sendo incorporadas ao longo dos anos em diversas iniciativas da Secretaria Nacional de Segurança Pública/Ministério da Justiça, com base em alguns relevantes princípios, segundo os quais a segurança pública é um direito do cidadão e a educação configura-se como um dos principais pilares para o aperfeiçoamento técnico e gerencial e o estabelecimento e/ou no aprofundamento do conteúdo democrático de práticas e rotinas das organizações policiais. Sob esse ponto de vista ressalta-se que, nos últimos anos, houve um esforço de maior amplitude por parte do estado brasileiro no sentido de identificar e sistematizar temáticas, preocupações e práticas relacionadas à questão da segurança, bem como de alternativas para viabilizar os objetivos dos planos, constituindo-se uma alavanca para a indução da reforma das polícias brasileiras. Entretanto, não obstante tenha se observado a intensificação de discussões e iniciativas, com a participação de diferentes atores, a prática da governança pública na área da segurança pública tem apresentado, até o momento, sérias deficiências. Nos estudos realizados (Poncioni, 2004; 2008) foi verificado que com relação à formação e aperfeiçoamento profissional de policiais, a efetivação do conjunto de diretrizes e ações necessárias para conduzir mudanças que induzam a um "novo paradigma" na formação profissional de policiais brasileiros, vem sendo limitada por alguns impasses a despeito dos esforços envidados pela Senasp. Persiste na área da chamada "educação policial" fragilidades no que diz respeito às ferramentas necessárias – humanas e materiais – para articular as reformulações propostas para a capacitação e aprimoramento dos recursos humanos da polícia. Em trabalho anterior sobre o processo de formação profissional do policial nas academias de polícia – civil e militar – do estado do Rio de Janeiro (Poncioni, 2004), constatou-se a quase total ausência de diretrizes emanadas por uma política pública para nortear as ações da polícia, com relação especialmente à formação profissional desenvolvida nas academias de polícia, embora estivesse presente em diferentes discursos públicos, inclusive no da própria polícia, a argumentação sobre a necessidade do

desenvolvimento de um novo paradigma na socialização profissional de policiais para a assimilação de valores e estratégias mais afinados com o provimento da segurança pública com respeito à cidadania. Foi verificado, ainda, que não há uma equipe técnica especializada, principalmente de professores qualificados, que atue junto ao ensino, treinamento e supervisão profissional de policiais nas academias de polícia. Além disso, não há bibliotecas, e quando existem nem sempre os títulos são apropriados para os estudos relacionados à segurança pública; não há salas de estudo; não existem laboratórios de informática, dentre outros recursos materiais necessários para a formação e aperfeiçoamento profissional de policiais. Apesar de a pesquisa de campo ter se concentrado no Rio de Janeiro, esta não é uma realidade peculiar apenas deste estado da federação, podendo ser generalizada a outros estados brasileiros. Para um estudo sobre o assunto, incluindo outros estados da federação, consultar a respeito: Ministério da Justiça (2006). Em outra pesquisa (Poncioni, 2008) realizada junto aos policiais, civis e militares, envolvidos com a formação profissional e as autoridades do governo do Rio de Janeiro sobre os impactos das políticas públicas – nacional e estadual – na área de educação policial, verificou-se, ainda, que apesar da menção aos documentos elaborados para a formação profissional básica, como a "Matriz Curricular Nacional para a Formação em Segurança Pública" (Secretaria Nacional de Segurança Pública) e o "Currículo Integrado" para as polícias, civil e militar (Instituto de Segurança Pública – ISP/SSPRJ), não se estabeleceu um amplo debate sobre os modelos policiais profissionais e as estratégias necessárias à transmissão e sedimentação de conhecimentos, valores e comportamentos para nortear uma extensa e profunda reforma na forma de atuação dos operadores de segurança pública, com vistas a incrementar um padrão de excelência e comportamento ético no exercício cotidiano do trabalho dos membros desse grupo ocupacional específico para o cumprimento do mandato policial na sociedade brasileira contemporânea. Neste sentido, ainda que se verifiquem mudanças nas polícias brasileiras, nos últimos anos, é possível argumentar que, com raras exceções, as mesmas não têm sido marcadas pela combinação entre uma nova concepção do trabalho policial e um treinamento em técnicas e estratégias mais eficientes e responsáveis para o controle mais efetivo do crime e a redução da violência na sociedade brasileira contemporânea. Permanece, em um significativo número de estados brasileiros, uma maneira de conceber o trabalho policial fundamentalmente como "combate ao crime", empregando-se frequentemente o uso intensivo de táticas e procedimentos de "guerra" nas práticas policiais para o "combate ao crime". Partindo-se dos aspectos levantados no breve cenário esboçado, evidencia-se que, por um lado, houve nos últimos anos várias

intervenções públicas, a partir principalmente dos planos nacionais de segurança pública, para o incremento de um novo paradigma na área da chamada "educação policial". Mais do que isso, pode-se verificar que essas iniciativas desenvolveram-se em parceria com diferentes atores e setores da sociedade, assinalando uma nova direção, supostamente mais democrática, no que diz respeito à governança da segurança no país. Sem dúvida, constata-se que houve avanços substanciais nesse sentido. Por outro, chama a atenção certas fragilidades na consecução dos propósitos de estabelecer um novo paradigma – o da segurança pública com cidadania – na chamada "educação policial".

REFERÊNCIA

PONCIONI, Paula. O "sistema" de governança democrática da política pública de segurança: algumas considerações preliminares. ***Civitas***: *Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 48–55, jan./abr. 2013.

1) De acordo com o texto acima sobre governança e política de segurança pública no Brasil, qual é um dos principais pilares para o aperfeiçoamento técnico e gerencial, e para o aprofundamento do conteúdo democrático das práticas policiais?

Analise os itens abaixo:

I - Reforço do contingente policial nas ruas;

II - Investimento em tecnologias avançadas para as forças de segurança;

III – A formação continuada dos profissionais da segurança pública, com foco na educação e no exercício ético da profissão;

IV - Intensificação da militarização e uso de estratégias bélicas no enfrentamento ao crime;

V - redução sistemática dos recursos alocados para a segurança pública.

a) Os itens I, II, IV e V estão corretos;

b) Os itens II e III estão corretos;

c) Apenas o item III está correto;

d) Todos os itens estão corretos;

e) Nenhum dos itens acima está correto.

2) O texto aponta sérias deficiências na prática da governança pública na área da segurança pública, apesar de um maior esforço do Estado brasileiro. Qual é um dos impasses que limita a efetivação de um "novo paradigma" na formação profissional de policiais, mesmo com os esforços da Senasp?

Analise os itens abaixo e, em seguida, escolha a alternativa correta:

I- Desinteresse dos profissionais da segurança em buscar qualificação;

II - Falta de infraestrutura básica, como bibliotecas e outros materiais imprescindíveis para a formação continuada;

III – Número elevado de profissionais qualificados nas instituições de formação policial;

IV - Quase total ausência de diretrizes nacionais sobre política pública de segurança pública;

V - Baixa inclusão de diferentes setores sociais nos debates sobre segurança.

a) Os itens II e IV estão corretos;

b) Os itens II e III estão corretos;

c) Apenas o item IV está correto;

d) Todos os itens estão corretos;

e) Nenhum dos itens acima está correto.

3. Qual é uma das principais fragilidades persistentes no cenário nacional, segundo a conclusão do texto, em relação à área de segurança pública e, em particular, a um projeto educacional para policiais?

a) A concentração excessiva das decisões em apenas um nível governamental.

b) A eficiência dos mecanismos de avaliação e controle das ações policiais.

c) A persistência da fragmentação das ações e dificuldade de implementar valores com impacto institucional e social duradouro.

d) A inexistência de fragmentação ou dispersão nas políticas públicas de segurança.

e) A ausência total de debates e articulação entre instâncias governamentais sobre os modelos de atuação policial.

4. No que concerne ao Estado do Ceará, qual seria o foco principal do planejamento estratégico para a implementação de um sistema integrado de segurança pública?

Analise os itens abaixo e, em seguida, escolha a alternativa correta:

I - A redução dos custos operacionais e a otimização de recursos financeiros.

II - A expansão do número de efetivos policiais e a aquisição de novos veículos.

III - A militarização das forças de segurança e o aumento do poder bélico.

IV - A criação de novas leis e regulamentos para o combate à criminalidade.

V - A produtividade, qualidade e continuidade das ações de segurança.

a) Os itens II e IV estão corretos;

b) Os itens II e III estão corretos;

c) Todos os itens estão corretos;

d) Apenas o item V está correto;

e) Apenas o item II está correto.

5.De acordo com o Art. 2º do Decreto nº 32.216/2017, que regulamenta o Modelo de Gestão para Resultados do Governo do Ceará, qual dos itens **não corresponde** a um dos sete princípios do modelo?

a)Foco em públicos-alvo claros e inequívocos.

b)Sustentabilidade fiscal e financeira.

c)Governança pública integrada, convergente e colaborativa.

d)Orientação para resultados em curto prazo e metas pontuais.

e)Participação e controle social no governo.

6.O **Acordo de Resultados (AR)** no modelo de Gestão para Resultados do Ceará é definido como:

a)Um contrato de gestão financeira entre o Governo e instituições privadas.
b)Um instrumento gerencial de curto prazo que alinha esforços setoriais à estratégia governamental, estabelecendo compromissos e metas de resultados.
c)Um relatório de avaliação anual das metas fiscais do Estado.
d)Um planejamento orçamentário de longo prazo para cada secretaria.
e)Um documento exclusivamente técnico produzido pela SEPLAG para auditorias internas.

7. Os **indicadores** que têm suas estatísticas mensuradas para o Sistema de Metas Integradas de Segurança Pública – MISP, são:

a)Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), Ocorrências de Trânsito (OT), Acidentes Fatais (AF) e Chamados Atendidos (CA).
b)Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), Crimes Violentos Contra o Patrimônio (CVP), Índice de Prisões Realizadas (IPR) e Índice de Salvamentos Realizados (ISR).
c)Crimes Violentos Contra o Patrimônio (CVP), Ocorrências Policiais Registradas (OPR), Tempo Médio de Atendimento (TMA) e Apreensão de Armas de Fogo (AAF).
d)Solução de Crimes e Prisões (SCP), Ocorrências de Incêndios (OI), Ações de Fiscalização (AF) e Atendimentos de Emergência (AE).
e)Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), Crimes Violentos Contra o Patrimônio (CVP), Índice de Laudos Produzidos (ILP) e Índice de Prevenção e Salvamento (IPS).

8. A **utilização de indicadores** no âmbito do Sistema de Metas Integradas de Segurança Pública (MISP), instituído pela Lei nº 19.178/2025 e regulamentado pelo Decreto nº 36.464/2025, representa um exemplo de aplicação da estatística na gestão pública porque:

a) As metas são definidas exclusivamente por decisões políticas, sem base em dados quantitativos.

b) O sistema utiliza indicadores estatísticos como instrumentos de mensuração, monitoramento e avaliação de desempenho das forças de segurança.
c) A estatística é usada apenas para registrar ocorrências criminais sem relação com o planejamento estratégico.
d) O MISP proíbe o uso de dados históricos para projeções ou comparações temporais.
e) A coleta de dados estatísticos é restrita à Secretaria do Planejamento e Gestão (Seplag), sem integração com os órgãos de segurança.

9. O uso de **tecnologias digitais** pelo sistema de segurança é importante porque pode, entre outras coisas, proporcionar:

a)Inovação, assertividade, acesso rápido à informação e painéis interativos para tomada de decisão.
b)Paradigmas na área de segurança, digitalização dos processos, alguns atrasos, uberização.
c)Automação de rotinas, integração de bases de dados, falhas humanas e suporte à análise preditiva.
d)Armazenamento manual de dados, isolamento entre sistemas e dependência exclusiva de relatórios impressos.
e)Riscos de interoperabilidade, aumento da burocracia digital e menor transparência das ações operacionais.

10. A **Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)**, segundo a CF/88 e a LRF, deve conter:

a)A fixação detalhada de todas as despesas do exercício.
b)Metas de capital de 10 anos e consolidação do setor público.
c)Objetivos e metas para despesas de capital de quatro anos.
d)Diretrizes de longo prazo para 20 anos e parâmetros de câmbio.
e)Metas e prioridades do governo, orientações para a LOA, e os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais, além de diretrizes sobre alterações na legislação tributária e a política de aplicação das agências oficiais de fomento.

11. Quanto à vigência típica do **Plano Plurianual (PPA)**, assinale a alternativa correta:

a)Quatro anos, do 1° ao 4° ano do mesmo mandato.
b)Quatro anos, do 2° ano do mandato corrente ao 1° ano do mandato subsequente.
c)Um ano, coincidindo com a LOA.
d)Dois anos, coincidindo com duas LDOs.
e)Cinco anos, abrangendo integralmente dois mandatos.

12. O chamado "**princípio da exclusividade**" veda a inserção de matéria estranha na LOA, exceto:

a)Fixação de índices de inflação e salários.
b)Alteração de estrutura de carreiras e cargos.
c)Concessão de benefícios tributários permanentes.
d)Autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, inclusive por ARO, nos termos da lei.
e)Alteração de normas gerais de finanças públicas (LRF).

13. Assinale a sequência correta das **fases da despesa pública** segundo a Lei n° 4.320/1964:

a)Empenho → Liquidação → Pagamento
b)Liquidação → Pagamento → Empenho
c)Programação financeira → Liquidação → Pagamento
d)Fixação → Empenho → Lançamento
e)Autorização legislativa → Arrecadação → Pagamento

14.Uma das ferramentas utilizadas pela Gestão para Resultados consiste na definição de indicadores estratégicos e no estabelecimento de metas, vinculando-as a mecanismos de reconhecimento e premiação conforme o grau de alcance dos resultados. Neste contexto, o Estado do Ceará instituiu o Sistema de Metas Integradas de Segurança Pública - Misp, através da Lei 19.178, de 27 de fevereiro de 2025, que tem os seguintes indicadores estratégicos:

a) Crimes Violentos Letais Intencionais -CVLI; Crimes Violentos Contra o Patrimônio -CVP; Solução de Crimes e Prisões - SCP e Índice de Laudos Produzidos - ILP.

b) Crimes Violentos Letais Intencionais -CVLI; Solução de Crimes e Prisões - SCP; Índice de Laudos Produzidos - ILP e Índice de Prevenção e Salvamento - IPS.
c) Crimes Violentos Letais Intencionais -CVLI; Crimes Violentos Contra o Patrimônio -CVP; Índice de Laudos Produzidos - ILP e Índice de Prevenção e Salvamento - IPS.
d) Crimes Violentos Letais Intencionais -CVLI; Crimes Violentos Contra o Patrimônio -CVP; Solução de Crimes e Prisões - SCP; Índice de Laudos Produzidos - ILP e Índice de Prevenção e Salvamento - IPS.
e) Solução de Crimes e Prisões - SCP; Crimes Violentos Contra o Patrimônio -CVP; Índice de Laudos Produzidos - ILP e Índice de Prevenção e Salvamento - IPS.

15. **Sobre o Sistema de Metas Integradas de Segurança Pública - Misp é correto afirmar:**

a) A definição das metas dar-se-á conforme a realidade distinta existente entre as localidades objeto de sua aplicação, considerando as divisões regionais e das Áreas Integradas de Segurança (AIS) do Estado, nos termos de ato normativo do dirigente máximo da SSPDS.
b) Ao final de cada ciclo de 3 (três) meses, serão definidas as metas gerais e específicas para o ciclo subsequente.
c) A compensação será proporcional ao percentual de atingimento da meta, o qual será limitado a 100% (cem por cento), e considerará o valor máximo individual de R$ 1.000,00 (mil reais), para todos os servidores e militares, por período de apuração.
d) Entende-se por indicador, para fins de aplicação do Sistema Misp, o objetivo preestabelecido que se deseja alcançar para o controle da criminalidade e defesa social, em determinado período.
e) As metas serão estabelecidas em ato normativo do Governador do Estado do Ceará.

16. No Sistema de Metas Integradas de Segurança Pública (MISP), está prevista a concessão de compensação pecuniária, de natureza indenizatória, aos servidores e militares da ativa — tanto administrativos quanto operacionais — da SSPDS e de seus órgãos vinculados, em decorrência do cumprimento das metas estabelecidas no âmbito do sistema. Nos termos do artigo 5° da Lei n° 19.178/25, não terão direito à referida compensação os servidores ou militares estaduais que, durante

o período de aferição das metas, permanecerem, por tempo superior a 50% (cinquenta por cento), nas situações listadas a seguir, exceto:

a) afastados em razão do cumprimento de punição criminal e /ou disciplinar;
b) afastados aguardando aposentadoria ou reserva;
c) participando de cursos, seminários, congressos ou estágios, salvo se obrigatórios para progressão funcional e/ou autorizados pelo dirigente máximo da SSPDS.;
d) presos provisoriamente pelo cometimento de crime;
e) de licença maternidade.

17.Sobre o Sistema de Metas Integradas de Segurança Pública - Misp, assinale (v) para afirmações verdadeiras e (f) para falsas, depois assinale a alternativa correta:

( ) a Comissão de Acompanhamento e Avaliação das Metas Integradas de Segurança Pública será presidida pelo Governador do Estado e na sua ausência, pelo Secretário da Segurança Pública e Defesa Social.

( ) anualmente, a SSPDS realizará solenidade para outorga de condecoração à Região Integrada de Segurança que obtiver o melhor resultado no cumprimento das metas durante o exercício, bem como às Áreas Integradas de Segurança com os 3 (três) melhores resultados no mesmo período.

( ) além da compensação pecuniária, o Sistema Misp garantirá a servidores e militares benefício no processo de ascensão funcional, sendo atribuída pontuação diferenciada em promoção por merecimento a militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, e redução do período de interstício para ascensão aos servidores da Pefoce e da Polícia Civil.

( ) os servidores e militares da ativa, administrativos e operacionais, da SSPDS e seus órgãos vinculados, atuarão em esforço conjunto, a partir da elaboração de planos de ação integrada, observadas as correspondentes missões constitucionais.

a) VVVV
b) FVVV
c) VVFV
d) FFVV
e) FVVF

18. Durante a produção do artigo científico final no âmbito do CEGPR (AESP), uma candidata escolheu o tema "A utilização de metas e indicadores na gestão de resultados do sistema penitenciário cearense". Ela deseja estruturar seu trabalho de forma adequada desde a fase inicial, considerando as orientações da ABNT e o manual utilizado.

Assinale a alternativa que apresenta um elemento pré-textual obrigatório em artigos científicos, conforme a NBR 6022:2018 e o manual de Timbó et al. (2021):

A) Considerações finais.

B) Quadro de indicadores;

C) Introdução.

D) Fundamentação teórica.

E) Resumo.

19. Qual princípio assegura que todas as receitas e despesas do Estado devem constar da lei orçamentária "pelos seus valores brutos", evitando que existam recursos ou gastos fora do controle legislativo?

a) Exclusividade.

b) Unidade.

c) Equilíbrio.

d) Universalidade.

e) Anualidade.

20. Qual das alternativas a seguir representa um dos objetivos do planejamento estratégico da segurança pública elaborado pela Supesp no estado do Ceará?

a) Reduzir a participação da sociedade nas decisões relacionadas à segurança pública.

b) Assegurar um ambiente mais seguro e protegido para os cidadãos cearenses.

c) Aplicar recursos exclusivamente em ações de enfrentamento direto à criminalidade.

d) Eliminar o uso de tecnologias nas estratégias de segurança pública.

e) Centralização das informações em um único órgão governamental responsável.

COORDENADORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E ENSINO INTEGRADO
CÉLULA DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO E STRICTO SENSU
PROCESSO SELETIVO DE CANDIDATOS AO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PARA RESULTADOS NO ÂMBITO DA SEGURANÇA PÚBLICA

PROVA OBJETIVA DO PROCESSO SELETIVO - 2025.2

01.11.2025

GABARITO OFICIAL:

1- C
2-A
3-C
4-D
5-D
6-B
7-E
8-B
9-A
10-E
11-B
12-D
13-A
14-C
15-A
16-E
17-B
18-E
19- D
20-E